

MUDANÇAS NO CORPO E NA MILITÂNCIA: UM ESTUDO COM AS JOVENS GESTANTES DO MOVIMENTO SEM TETO DO SALVADOR

Helaine Pereira de Souza¹
Vanessa Simon Cavalcanti²

RESUMO: *O presente trabalho é resultado de uma pesquisa que buscou relatar as experiências das adolescentes grávidas do Movimento Sem Teto de Salvador. Mostrando a sua participação no MSTs, bem como suas trajetórias e expectativas como jovens mães. Como classificam a gravidez, o conhecimento sobre métodos anticoncepcionais, o apoio da família, o papel do genitor. São algumas questões que levantaremos. Para tanto foi utilizado a técnica de grupo focal, confrontada com questionários individuais.*

Palavras-chave: Movimentos sociais; Gravidez; Juventude.

O MOVIMENTO SEM TETO DE SALVADOR

Segundo notícias do Jornal Diário da Bahia, as ocupações, de terrenos e prédios públicos ou particulares, na cidade do Salvador datam de 1912.

Entres as décadas de 1940-1950 há um notório crescimento na população baiana, em virtude da crescente industrialização. E conseqüentemente no número de ocupações. Até a década de 40 a economia se voltava para o setor agro-exportador, a partir de 50 a cidade começa a se industrializar, a crise do cacau irá trazer retirantes do campo para capital, o que ocasionará o inchaço da cidade.

Na década de 1970 a refinaria Landufo Alves instala-se na região Metropolitana do estado baiano, e nem a Ditadura Militar será capaz de frear as novas ondas de ocupações. Como acontece na crise do cacau, a Refinaria atrairá um contingente vindo do campo para as regiões próximas a capital. Novamente ocorrerá um “boom” nas ocupações pela cidade. Os mocambos que até então supria a necessidade da população nesse momento passa a não satisfazer mais. Novas formas de moradias precisam ser encontradas, e a ocupação de imóveis que não estão sendo utilizados mostra-se como uma alternativa.

O Movimento dos Sem Tetos de Salvador (MSTS), que mais tarde adotará o nome de Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), surge em junho do ano de 2003, após ocupação no bairro de Mussurunga na capital baiana, em assembléia que deliberou a fundação do Movimento. Mesmo que, como dito anteriormente, as ocupações no estado baiano seja um processo do começo com século XX.

¹ Licenciada em História pelo Centro Universitário Jorge Amado. Integrante do Núcleo de pesquisa e estudos sobre juventudes, identidades, cidadania e cultura (NPEJI) Diretório de pesquisa CNPQ, alocado no Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea Universidade Católica do Salvador (UCSAL). helainep.souza@hotmail.com- Autora.

² Pós-doutorada em Humanidades pela Universidad Complutense de Madrid, Espanha. Orientadora.

O MSTB considera sem teto todo aquele que não possui qualquer moradia para si ou para sua família, não tem condições financeiras de pagar aluguel, ou que mora de favor na casa de conhecidos ou parentes.

Por tal contexto o MSTB³, aponta-se como uma forma de resistência no espaço urbano, que busca não apenas um “teto” particular, mas sim a constituição de “comunidades de bem viver”, com a construção de um novo modelo de sociedade na qual haja uma inversão de prioridades. Descrita na fala de Pedro Cardoso, coordenador do Movimento, em entrevista a essa pesquisa (agosto/2007): “Se lá fora pregam a intolerância religiosa, aqui dentro pregamos o ecumênico, se lá fora há preconceito racial, aqui democracia racial”.

Empunhando a bandeira da Reforma Urbana, afirmando a força de relações sociais baseadas em idéias de liberdade e não da negação dos direitos de milhões. O Movimento surge como resposta à violação do direito de moradia, pois segundo a Constituição Federal que aqui rege, mais exatamente no seu artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

Sendo assim, o lema do Movimento é: “Organizar, Ocupar e Resistir”. Organizar pode ser exemplificado no sentido de levantar dados sobre o imóvel ou terreno a ser ocupado, para isso, existem grupos responsáveis para verificar a quem pertence, função a que se destina e o tempo de abandono. Ocupar ocorre de forma ordenada, depois de ser deliberada pelo grupo. Resistir, caracterizado pela luta cotidiana dos integrantes desse movimento, não só pela manutenção de posse dos imóveis e terrenos, mas a soma desses fatores ao esforço, que vai de encontro à lógica capitalista e mantém viva a tentativa de constituir uma “comunidade de bem viver”, objetivo maior do Movimento.

Dentro do Movimento são destacáveis três esferas: o núcleo, que tem a função de mobilizar e cadastrar famílias, não só para ocupações como também passeatas. Dados imprecisos do próprio movimento apontam para 26 mil cadastrados em 2006; a ocupação, é quando as famílias se encontram instaladas, podendo ser em prédios ou terrenos, públicos ou particulares, que estejam abandonados por pelo menos cinco anos, e que não venha apresentando função social, atualmente na capital baiana são cerca de vinte cinco ocupações; a comunidade, é local da conquista da moradia, o MSTB tem uma comunidade constituída, no bairro de Valéria, outros terrenos já estão cedidos ao movimento contudo ainda não se constituem como comunidade.

O Movimento Sem Teto da Bahia é composto majoritariamente por afro-descendentes, dentre estes as mulheres são expressiva maioria, formam 68% da população total do Movimento (CLOUX, 2007 p. 274). Essa composição do Movimento nos remete a análise da sociedade atual e suas transformações. Cada vez mais a mulher tem se desvinculado do lar e partido para os espaços públicos. Outra questão que se pode levantar é da violabilidade do casamento, antes “indissolúvel”, hoje menos duradouro, é quando ocorre a separação, na maioria dos casos, o cuidado com os filhos é de responsabilidade da mãe.

Entretanto, não é mais possível entender classe e gênero como questões incompatíveis, e, nesse contexto, a mulher assume papel de extrema relevância, pois segundo Michelle Perrot

³ MSTB refere-se ao Movimento em sua forma estadual, seu estatuto e sua visão de mundo. Quando nos citado o MSTB a referência é ao Movimento da capital baiana.

(1988), é ela quem detém o poder na esfera domiciliar. Mulheres estas, que desde os primeiros passos do movimento, se afirmavam como uma presença maciça.

Faz parte do cotidiano ligar a mulher à maternidade, por isso pensar como pode a mesma gestar no contexto desse movimento marcado pela intinerância, observando a existência de crianças que foram gestados e criados dentro do MSTB, é um fator suscita algumas questões da participação feminina dentro da lógica do Movimento.

É nesse contexto que buscaremos a presença das adolescentes grávidas, a fim de levantar informações sobre idade, sexo, situação empregatícia, nível de escolaridade, quantidade de filhos, renda mensal das mulheres do movimento e caso haja, de seus companheiros, a gravidez planejada, indesejada, os arranjos conjugais diversos, as uniões exitosas, as separações, os distintos graus de apoio familiar, o reconhecimento social da paternidade, a rejeição do vínculo paterno, a assunção apenas da criança e não da parceira.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

Há um notório crescimento dos casos de gravidez na faixa dos 15 aos 19 anos em detrimento da tradicional faixa de fecundidade que era de 20 a 24 anos. (CAMARANO, 1998 p. 36). Em contra partida os estudos sobre juventudes se fixam na análise do masculino, por suas práticas e expressões culturais. Reforça-se pelo alto índice de fecundidade na adolescência do Brasil, segundo Abramovay e Castro, maior que na Índia, Sudão e Iraque, 2004.

A juventude é um ciclo de vida com características próprias, e parte de um momento histórico. Entretanto, devido ao tamanho e à complexidade do próprio Movimento dos Sem-teto da Bahia (MSTB - que possui cerca de vinte e cinco núcleos), o estudo analisou apenas uma ocupação, Cidade de Plástico, localizada no subúrbio da capital baiana.

Campos (1981) localiza o período da adolescência entre 12 e 18 anos, embora a idade possa variar, pois depende das características de personalidade e experiência de vida de cada um. Segundo Muuss (1996, p. 14), a palavra adolescência deriva do verbo latino *adolescere*, significando crescer ou “crescer até a maturidade”. A adolescência é o período de transição da dependência infantil para a auto-suficiência adulta, ou como aponta Levisky (1998a), é a transição do estado infantil para o estado adulto. Dentre tantas definições optaremos pela da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2001) que classifica a gravidez na adolescência como aquela que ocorre entre os 10 e os 20 anos incompletos.

Advogamos que a gravidez nesse período deve ser entendida através de uma visão multidisciplinar, considerando os aspectos antropológicos, biológicos, psicológicos e sociais. Por tanto utilizamos uma técnica de investigação muito utilizada pelas ciências psicossociais, o grupo focal. Durante a Segunda Guerra Mundial serviram para examinar os efeitos persuasivos da propaganda política. Consiste em discussões em grupos homogêneos, buscando entender sentimentos, atitudes e experiências. Tal escolha conte-se porque, “ajuda na investigação de crenças, valores, atitudes, opiniões e processos de influência grupal, bem como dá suporte para a geração de hipóteses, a construção teórica e a elaboração de instrumentos” Godim (2002). Os resultados obtidos nos grupos foram confrontados com questionários.

MÃES DA RESISTÊNCIA – AS ADOLESCENTES GRÁVIDAS

O MSTs como outros movimentos de luta por moradia é marcado pela intinerância, esse elemento constituísse como uma dificuldade no momento de localizar as adolescentes grávidas. Nesse momento percebemos o trânsito dentro do Movimento.

Tal circulação pode acontecer por motivos diversos, dentre eles, é comum que ao descobri a gravidez a futura mãe procure abrigo em casas de familiares e/ou amigos, ou mesmo que passe a viver com os pais da criança, durante a pesquisa, encontramos um caso de uma adolescente que não fazia parte do Movimento, e passa a integrá-lo, pois o pai da criança já morava na ocupação onde o estudo foi realizado; Um segundo motivo seria a ausência de acompanhamento médico, é comum a gravidez se confirmar quando a adolescente já se encontra no quinto mês de gestação.

Reunimos três grávidas⁴: Cristal, 13 anos; Jade, 15 anos e Esmeralda, 19 anos. E apenas uma não esta em sua primeira gestação, Esmeralda espera seu terceiro filho, na primeira gravidez ela tinha 15 anos.

Para a juventude, o despertar da sexualidade, aponta-se como a aquisição de autonomia, e as diferentes formas de visualizá-la dependerá, da classe, do gênero e do histórico no qual a jovem se insere. Todavia a gravidez na adolescência é tratada pela literatura como um fenômeno homogêneo sem observa as peculiaridades de cada fator apontado acima.

A sexualidade na juventude é vista de maneira desregrada e com uma grande volatilidade dos relacionamentos, soma-se a isso ao imaginário coletivo que caracteriza esse período como uma fase de instabilidade, marcada por crise e na construção para a idade adulta. Por tanto há uma gama de estudos voltados a entender não só as causas da gravidez no referido período, mas também suas conseqüências.

O maior número de casos de gravidez nessa fase está, inegavelmente, nas classes economicamente desfavorecidas, da mesma forma que ausência de escolaridade também pode ser observada nesses casos. Dentre as adolescentes pesquisadas nenhuma havia concluído o Ensino Fundamental e tão pouco exercia atividades formais remuneradas. Percebemos, também, a ausência de ajudas governamentais, seja em forma de programa ou acesso a esportes e atividades culturais, no grupo somente Jade recebe alguma forma de auxílio. Dessa forma podemos notar que esse fenômeno está diretamente ligado à pobreza. Segundo Spinola (2003), pobreza é “categoria que compreende as diversas formas de exclusão social dos benefícios resultantes da atividade econômica, tanto diretamente, no uso de bens e serviços, quanto indiretamente, no acesso aos benefícios culturais...”.

Outra questão suscetível se refere ao uso de anticoncepcionais que dão margem a diversas interpretações e análises. Em geral, na primeira relação sexual não ocorre o uso de qualquer método contraceptivo. Segundo dados do Ministério da Saúde (2003), cerca de 45% a 60% dos adolescentes brasileiros inicia a vida sexual sem nenhum método contraceptivo. O uso de tais métodos dependerá do tipo de relacionamento, ainda prevalecendo a idéia da “minha” e das “outras” mulheres, com a parceira fixa não é preciso a prevenção, enquanto no outro caso é

⁴ Usaremos nomes fictícios, a fim de preservar a identidade das entrevistadas.

sempre necessário. No grupo estudado, a auto-avaliação sobre conhecimento de métodos contraceptivos caminha do bom ao regular. Todas alegam conhecer, mas revelam não fazer uso. Jade diz: “Eu sempre usei, sempre usei remédio (pílula anticoncepcional). Foi no período que acabou (risos)”. Esmeralda revela: “Eu nunca usei nada. Fiquei um ano e dois meses sem engravidar, aí fui deixando”, nas falas percebemos a idéia de gravidez é sempre algo externo, e perdura a idéia de que só acontece com outras pessoas.

As mulheres encontram-se mais vulneráveis na primeira relação ou entre um e outro relacionamento, mesmo que de alguma medida a proteção seja esperada dela, prevenir-se poderia apontar para uma expectativa, um planejamento, o que quebraria idéia da mulher submissa e ingênua.

Todavia é necessário verificar até quando a vulnerabilidade é um conceito negativo, e quando esta se torna um poder simbólico de subversão. E a influência do meio já não exerce um fator negativo. Esmeralda relata “Na minha primeira gravidez eu tinha 15 anos e das meninas que andavam comigo, só eu caí na besteira de ter filho”. Quando Jade é questionada sobre a influência do meio no número crescente de grávidas, ela responde “Ah não, vai da minha cabeça. Vai pela nossa cabeça, não tem nada com ninguém”.

Procuramos verificar a relação com o genitor, todos estão desempregados, a média de idade é de 20 anos, e apenas uma, Cristal, não mantém relação com o pai da criança. Quanto ao apoio familiar, consideram-no ótimo a bom, e revelam que esse é de fundamental importância neste momento. Sobre o pai da criança e a relação com familiares, Esmeralda avalia que “Pra’ mim ‘tá’ ótimo, mesmo os parentes não gostando, o que importa é que ele trabalha ‘pra’ me sustentar”. Jade diz que “Sem apoio familiar seria horrível. Imagine? Sozinha. Nunca engravidei antes”.

Classificam a como desejada, apenas Jade aponta diz ser indesejada, é o que Borges (*apud* Melo 2001, p. 102) verificou, em sua pesquisa, que muitas jovens engravidam “porque alimentam um sonho de serem reconhecidas como mulheres, porque acreditam que é isso que o namorado quer, porque querem ser vistas como adultas, etc.”.

Ao serem questionadas sobre o futuro que sonhavam para seus filhos, as respostas vieram prontamente, todas avaliam que o melhor seria ter filhos quando a casa própria fosse uma realidade, reflexo da atuação em um movimento de luta por moradia: “Queria que fosse tudo diferente. Que ela (a filha que virá) estudasse, tivesse a casa dela. Aí sim, “tá” trabalhando, ter sua casa própria”. Jade

Sobre suas principais metas, encontra-se a necessidade de trabalhar e ajudar a família. “Trabalhar e ‘volta’ ‘au’ estudo trabalho e ajuda a minha família”. Cristal; “Me cuidar para não fazer mais besteira, muita saúde, continuar meus estudos, trabalhar para dar tudo de bom a minha filha”, Jade; “Trabalhar para dar uma ‘educação’ melhor ‘aós’ meus filhos”, esmeralda.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista de Educação Brasileira**. Mai/Jun/Jul/Ago, 1997 N°5
Acessado em 14/10/07

BRASIL. **Constituição Federal**. Belo Horizonte: Del Rey, Mandamentos, 2003

BORGES, Ângela; A desestruturação do mercado de trabalho de uma metrópole periférica. Salvador. In: **CADERNOS DO CEAS**. Salvador: CEAS, nº. 208 2003, nov/dez. 2003. p. 43 a 61.

CABRAL, Cristiane S. Contraceção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. **Instituto de Medicina Social**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003
Acessado em 14/10/07

CAMARANO, A. A., 1998. Fecundidade e anticoncepção da população de 15-19 anos. In: **Seminário Gravidez na Adolescência** (E. M. Vieira, M. E. L. Fernandes, P. Bailey & A. McKay, org.), pp. 35-46, São Paulo: Associação Saúde da Família.

CHALEM, Elisa, MITSHIRO, Sandro Sedim, FERRI, Cleusa P., BARROS, Marina Carvalho Moraes, GUINSBURG, Ruth e LARANJEIRA, Ronald. Gravidez na adolescência: perfil sócio-demográfico e comportamental de uma população da periferia de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 31(1): 177-186, jan, 2007

CLOUX, Raphael Fontes. **Uma História Urbana do Presente do Movimento dos Sem Tetos de Salvador**. 2008 f.320 Dissertação (Mestrado em Análise Regional) - UNIFACS, Salvador. 2008.

GODIM, Sônia Maria Guedes Gondim. **Grupos Focais como Técnica de Investigação Qualitativa: Desafios Metodológicos**. 2002

GORDILHO, Ângela. Limites do Habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador, EDUFBA, 2000.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso; As invasões na cidade de Salvador. In: **CADERNOS DO CEAS**. Salvador: CEAS, nº. 72. abr. 1981, p. 39 a 50.

Melo, M.T. (2001). Estar grávida na adolescência: um estudo realizado no Hospital Regional de São José-SC. *Psicologia e Sociedade* - **Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social** - ABRAPSO, 13, 1, 93-106.

MOURA, Milton; Notas sobre o verbo invadir no contexto social de Salvador. In: **CADERNOS DO CEAS**. Salvador: CEAS, nº. 125. jan/fev. 1990, p. 25 a 41.

MOVIMENTO SEM TETO DA BAHIA. **Documento-texto Quem Somos**. Aprovado pelo I Congresso do Movimento dos Sem Teto da Bahia, 2005.

_____. **Regimento Interno**, aprovado pelo I Congresso Estadual, 2005.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**.7. São Paulo: Contexto, 2004.

SANTOS, Andréia dos e CARVALHO, Cristina Vilela de. Gravidez na adolescência: um estudo exploratório. Universidade Estadual de Maringá - PR, Departamento de Psicologia, **Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Desenvolvimento Humano** - DPI/UEM, 2006



Acessado em 14/10/07

SPINOLA, Noélio. **Política de Localização Industrial e Desenvolvimento Regional: a experiência da Bahia**, 2003.